

Conflitualidades territoriais na Microrregião da Campanha Ocidental: territórios camponeses *versus* territórios do agronegócio

Vagner Guimarães Ramos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – Alegrete, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: vagner.ramos@iffarroupilha.edu.br

Resumo

A Geografia busca compreender de forma contundente o conceito de Território, abordando-o em sua totalidade. Neste trabalho, dar-se-á ênfase as conflitualidades que se apresentam entre os territórios do agronegócio e os territórios camponeses, na Microrregião, onde é crescente a ampliação da dominação dos territórios do agronegócio em relação ao território camponês. Dentre os procedimentos metodológicos utilizados, destacam-se: a) revisão bibliográfica; b) levantamento de dados secundários, e; c) saída de campo. As pastagens naturais e a localização geográfica, bem como fatores históricos, contribuíram para a consolidação do latifúndio nesta Microrregião. Compreendemos que o agronegócio e o campesinato compõem um processo constante, onde indivíduos perdem seus territórios, ou seja, são desterritorializados, para que outros indivíduos se territorializem naquele espaço. Cabe aos indivíduos desterritorializados, a busca por um novo território. O MST atua como um movimento social capaz de promover a reterritorialização de agentes sociais. Em acordo com dados do INCRA, a Microrregião possui atualmente, treze Assentamentos, totalizando 528 famílias, em uma área de 12.696 ha. Conflitualidades na Campanha Ocidental estão apenas começando, mas sabe-se que é possível sim, a construção de um “outro” rural.

Palavras-chave: Território; Campanha Ocidental; reforma agrária; agronegócio.

Territorial conflicts in the Western Campaign Microregion: peasant territories versus agribusiness territories

Abstract

Geography tries to comprehensively understand the concept of Territory, approaching it in its entirety. In this work, the conflicts between the agribusiness territories and the peasant territories, in the Microregion, where there is a domination of agribusiness territories in relation to the peasant territory is increasing. Among the methodological procedures used, the following stand out: a) bibliographic review; b) collection of secondary data, and; c) field trip. Natural pastures and geographical location, as well as historical factors, contributed to the consolidation of the latifundium in this micro-region. We understand that agribusiness and peasantry make up a constant process, where individuals lose their territories, that is, they are deterritorialized, so that other individuals are territorialized in that space. It is up to the deterritorialized individuals, the search for new territory. The MST acts as a social movement capable of promoting the re-territorialization of social agents. According to INCRA data, the Microregion currently has thirteen Settlements, totaling 528 families, in an area of 12,696 ha. Conflicts in the Western Campaign are just beginning, but it is known that it is possible to build a rural “other”.

Keywords: Territory; Western Campaign; agrarian reform; agribusiness.

Conflictus territoriales en el Microrregión de Campanha Occidental: territorios campesinos versus territorios de agronegocios

Resumen

La Geografía busca comprender de manera integral el concepto de territorio, acercándose a él en su totalidad. En este trabajo, se hará hincapié en los conflictos que surgen entre los territorios de agronegocios y los territorios campesinos en la microrregión, donde la dominación de los territorios de agronegocios en relación con el territorio campesino está aumentando. Entre los procedimientos metodológicos utilizados, se destacan los siguientes: a) revisión bibliográfica; b) recopilación de datos secundarios, y; c) excursión. Los pastos naturales y la ubicación geográfica, así como los factores históricos, contribuyeron a la consolidación del latifundio en esta microrregión. Entendemos que los agronegocios y los campesinos constituye en un proceso constante, donde los individuos pierden sus territorios, es decir, son desterritorializados, de modo que otros individuos se territorializan en ese espacio. Depende de los individuos desterritorializados buscar un nuevo territorio. El MST actúa como un movimiento social capaz de promover la reterritorialización de los agentes sociales. Según los datos del INCRA, Microrregión cuenta actualmente con trece asentamientos, con un total de 528 familias, en un área de 12,696 ha. Los conflictos en la Campanha Occidental apenas comienzan, pero se sabe que es posible construir un "otro" rural.

Palabras clave: Territorio; Campanha Occidental; reforma agraria; agronegocios.

Introdução

A Geografia, bem como as demais ciências ao longo de seu desenvolvimento epistemológico, formulou teorias e conceitos, para uma compreensão mais ampla e fiel a respeito de seu objeto de estudo. Após um amadurecimento teórico e conceitual, a ciência geográfica, bem como a Sociologia, Antropologia, Biologia, etc., passou a fazer uso do conceito de Território.

Não são escassos os esforços dentro da Geografia, para que esta consiga “manusear” de forma mais contundente o conceito de Território. Dentre os diversos autores que se empenham em esclarecer o verdadeiro sentido do uso da abordagem territorial, há um ponto de convergência: a necessidade da compreensão do Território em sua totalidade, considerando sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade.

Portanto, buscar-se-á neste trabalho, dar ênfase as conflitualidades que se apresentam entre os territórios do agronegócio e os territórios camponeses, na Microrregião da Campanha Ocidental – RS, onde é crescente a ampliação da dominação dos territórios do agronegócio (voltados à pecuária de corte e ao cultivo de commodities como o milho, o trigo, o arroz, o eucalipto e principalmente a soja), em relação ao território camponês, que em muitos dos casos, se “reorganiza” a partir de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Esta realidade é claramente observada a partir do momento em que o Estado passa a gerir

o Território, de acordo com os interesses do capital, ou seja, de um grupo restrito de indivíduos e instituições, proporcionando assim, as devidas condições para a expansão e territorialização do modelo produtivo dominante¹.

Instituições públicas, tais como Universidades, Institutos Federais, órgãos de assistência técnica, dentre outros, são protagonistas no processo de luta em defesa daqueles muitas vezes não amparados pelas políticas públicas, ou, simplesmente, “descartados” pelo capital. Nesse contexto, à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, por meio dos Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura plena) e Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Geografia, bem como sua interlocução com outras áreas do conhecimento, proporciona o processo de construção do conhecimento acerca de temáticas relacionadas ao espaço rural, agricultura familiar e o Pampa Gaúcho. Devemos aqui, destacar o protagonismo do Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET, que há mais de 20 anos, desenvolve atividades de Pesquisa e Extensão no rural latino-americano, mas, principalmente no Rio Grande do Sul, acompanhando e atuando de modo bastante próximo aos Movimentos Sociais e povos tradicionais.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho resulta de um compilado de ideias e reflexões - emergidas ao longo dos cursos de Licenciatura e Mestrado em Geografia, por mim realizados junto à UFSM, crescidas de experiências e vivências, profissionais e acadêmicas, posteriores. Todavia, ao longo da disciplina de “Territórios Rurais: Dinâmicas e Conflitos”, ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências – PPGGEO, torna-se possível, um novo olhar acerca de algumas questões inerentes ao Pampa Gaúcho, mais especificamente à Microrregião da Campanha Ocidental.

Nesse processo de amadurecimento de ideias, no decorrer da referida Disciplina, tornou-se necessário o uso de diferentes procedimentos metodológicos, para tornar viável, a compreensão do Território, em sua totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade. Dentre tais procedimentos, destacam-se:

- a) Revisão bibliográfica, abordando conceitos e temáticas, com destaque para: território, espaço rural, agricultura familiar, agronegócio e reforma agrária;
- b) Levantamento de dados secundários, obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande

¹No entanto, corroborando com Fernandes, não podemos negligenciar o Território plural, que abrange aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais.

do Sul – FEE, e, Conselho Regional de Desenvolvimento Fronteira Oeste – COREDE;

- c) Desenvolvimento de atividades em grupo (leituras, apresentações de seminários e discussões teóricas) ao longo da Disciplina de Territórios Rurais, onde, o coletivo e a diversidade de ideias, permitem novas abordagens e novos olhares no que tange àquelas temáticas já familiares;
- d) Realização de saída de campo em direção ao município de Manoel Viana, em conjunto com profissionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – EMATER, e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Iffar, Campus Alegrete.
- e) Por fim, ocorre o processo de organização e revisão conceitual, sistematização de dados e aprofundamento de reflexões acerca do rural na Microrregião da Campanha Ocidental.

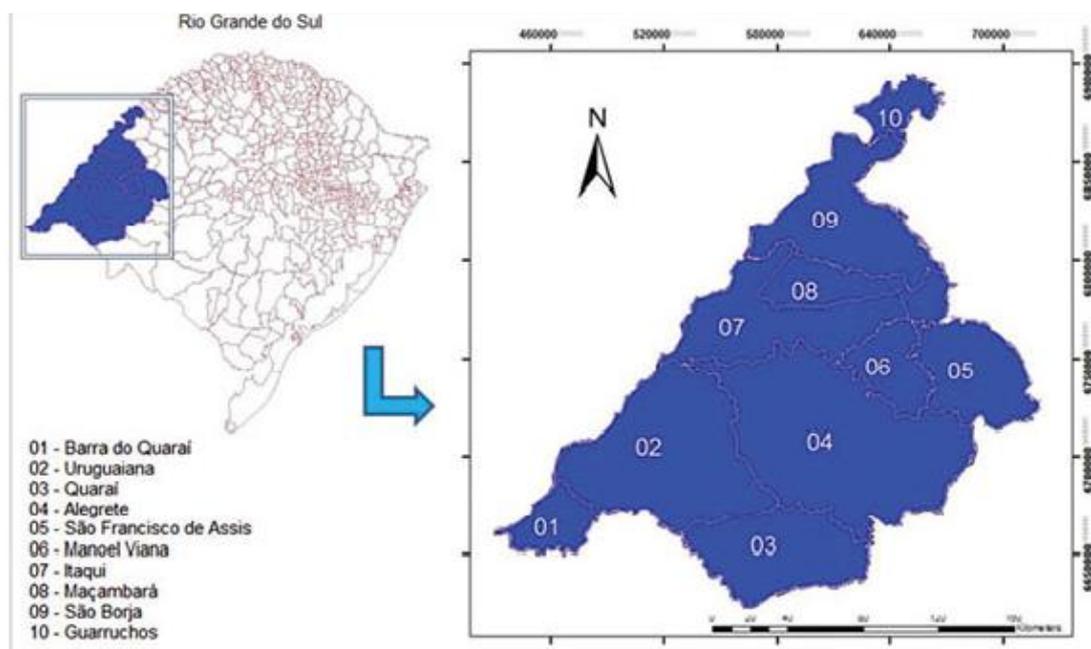
A Microrregião² da Campanha Ocidental/RS

A Microrregião da Campanha Ocidental ocupa a porção Oeste do estado do Rio Grande do Sul (Fig. 1). De acordo com dados do IBGE, este recorte espacial possui uma área de mais de 31.000km², onde habitam aproximadamente 365 mil pessoas, distribuídas ao longo de dez municípios. Boa parte desta área situa-se sob a Cuesta de Haedo, que se constitui em um prolongamento do Planalto Meridional, em direção ao Oeste do Rio Grande do Sul, onde as formações basálticas apresentam-se intensamente erodidas, resultando em um relevo bastante aplainado, dominado por suaves ondulações, as quais são denominadas coxilhas. Os municípios de Manoel Viana e São Francisco de Assis situam-se em uma área de transição entre a Cuesta de Haedo e a Depressão Periférica, o que torna comum nestes municípios, a presença de solos arenosos bem como a formação de areais que também se apresentam em outros municípios desta Microrregião, porém com menor frequência.

Boa parte desta Microrregião situa-se dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, caracterizada pelo significativo número de rios, arroios, sangas e córregos, o que proporciona uma considerável disponibilidade de recursos hídricos, alimentados pelas chuvas, típicas de clima subtropical, ou seja, bem distribuídas ao longo do ano.

² Utiliza-se aqui, o termo “Microrregião” para fins de orientação de um raciocínio, no entanto, compreende-se que demarcações político-administrativas representam espaços de governança, porém, os territórios devem ser compreendidos a partir de uma multiescalaridade e multidimensionalidade, ou seja, em sua totalidade.

Figura 1 - Mapa de Localização da Microrregião da Campanha Ocidental



Fonte: Uso de imagens orbitais no geoprocessamento algébrico da microrregião da Campanha Ocidental, Rio Grande do Sul.
Org.: RAMOS, V.G.

Os aspectos físicos, brevemente citadas acima, sugerem que esta área seja uma prolongação do Pampa Argentino e Uruguaio, em território brasileiro. Este Bioma é caracterizado pela cobertura vegetal composta de gramíneas, que foram e ainda são bastante utilizadas como pastagem natural para o rebanho de bovinos e ovinos (Fig. 2).

Figura 2 - Pecuária Bovina nos Campos do Pampa



Fonte: Sociedade Nacional de Agricultura

Org.: RAMOS, V.G.

As pastagens naturais, a localização geográfica desta área, encravada entre as fronteiras do Brasil, Argentina e Uruguai, bem como fatores históricos (presença de gado selvagem, “abandonado” pelos Guarani), contribuíram para a consolidação do latifúndio nesta Microrregião, ocupado inicialmente com a pecuária extensiva (bovinos e ovinos), mas que posteriormente, descobriu os caminhos da agricultura comercial, ou melhor, talvez por ela tenha sido descoberta.

O latifúndio, amplamente constituído a partir de Sesmarias, trouxe consigo uma série de reflexos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, que produziram “o modo de vida” das populações ali instaladas, e que dificilmente poderemos compreender, analisando separadamente as dimensões acima citadas. Como mero exemplo, podemos citar dois aspectos demográficos bastante interessantes:

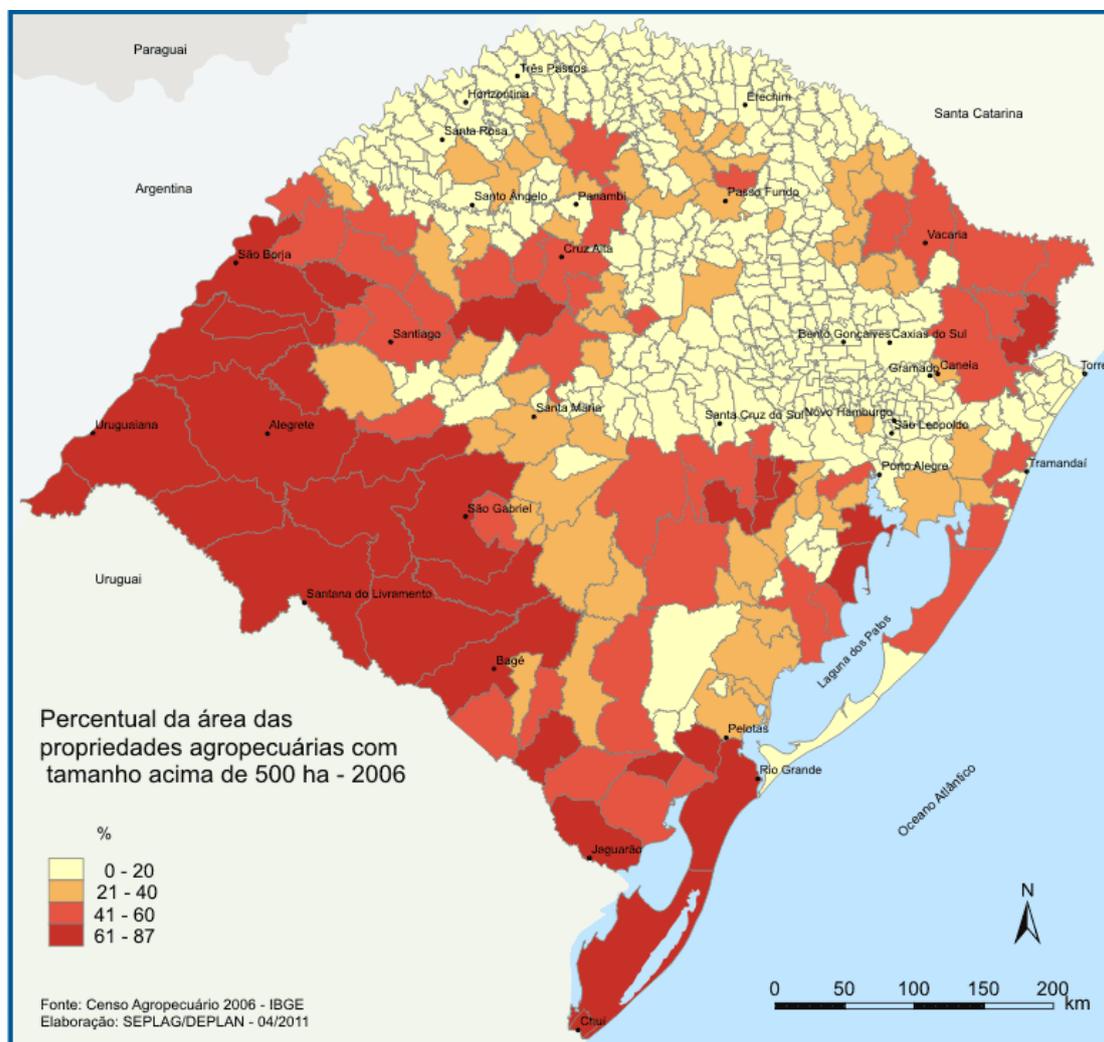
- a) a urbanização, que é um fenômeno bastante intenso na Microrregião da Campanha Ocidental, onde, seguindo critérios estabelecidos pelo IBGE, mais de 88% da população reside em áreas consideradas urbanas;
- b) a densidade demográfica deste recorte espacial é de aproximadamente 12hab/km², bastante abaixo da média do Rio Grande do Sul (42hab/km²) e do Brasil (24,5hab/mk²), mesmo que, o Oeste do Rio Grande do Sul possua localização geográfica privilegiada no que se refere a clima, relevo, hidrografia, etc.

Estes dois aspectos, são realidades, são contextos, construídos ao longo de décadas e séculos, em virtude de estratégias territoriais passadas e presentes. Podemos materializar tal afirmativa, a partir da análise da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul (Fig. 3). A Microrregião da Campanha Ocidental é constituída por municípios onde propriedades rurais de 500 hectares ou mais, ocupam entre 61 e 87% das áreas. Historicamente, estas áreas estiveram voltadas a pecuária extensiva, no entanto, recentemente a agricultura comercial faz concorrência forte frente às antigas atividades hegemônicas desta área. Se, atividades agropastoris seculares, já não empregavam mão de obra, em índices significativos para à manutenção do homem no campo, agora, a territorialização da agricultura comercial, altamente mecanizada, fortalece a tendência de construção daquilo que Porto Gonçalves chama de “uma agricultura sem agricultores”.

Mesmo que, não seja aqui nosso objetivo, não podemos negligenciar os reflexos urbanos do esvaziamento do campo e a falta de dinâmica econômica dos centros urbanos da Microrregião da Campanha Ocidental. Isto proporciona um cenário de bastante preocupação, principalmente nas cidades mais numerosas (Uruguiana e Alegrete), onde periferias crescem marcadas pelo déficit habitacional, desemprego se mantém elevado,

índices de criminalidade são notórios e, o mais preocupante, tratamos aqui, de uma área fronteiriça, considerada estratégica na logística do narcotráfico.

Figura 3 - Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.

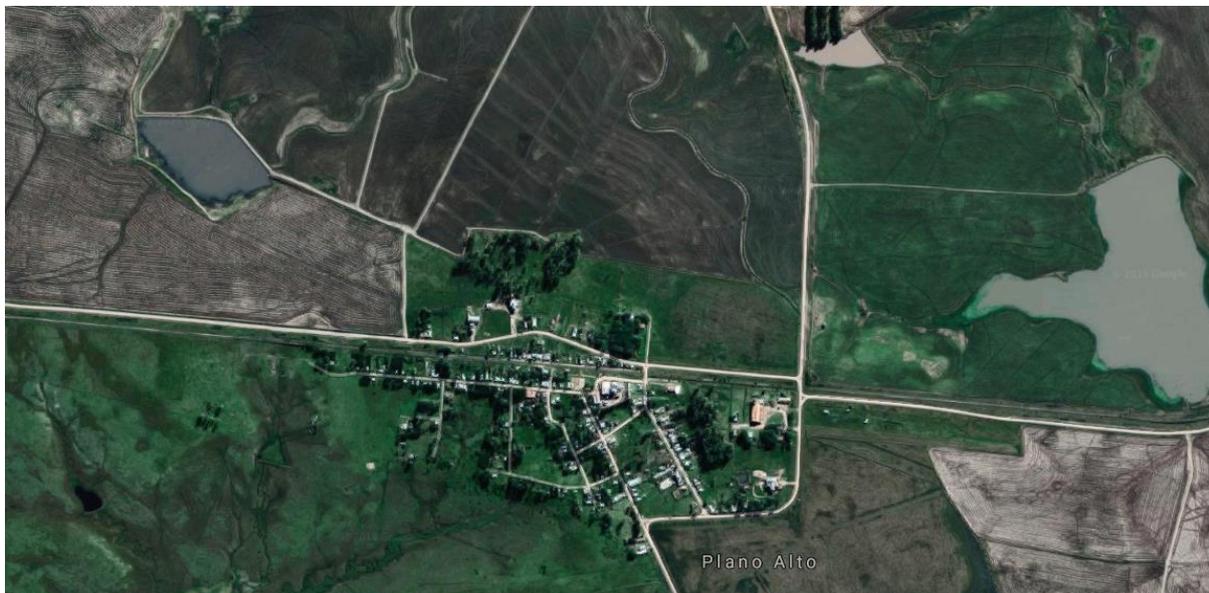
Org.: RAMOS, V.G.

A estrutura agrária bem como as atividades ali desenvolvidas, contribuíram para moldar o cenário urbano destes municípios, no entanto, devemos fazer algumas ressalvas, conforme nos propõe Veiga (2003 apud VILLA VERDE, 2004, p. 12)

Urbano e rural são ideias territoriais, isto é, de espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados; já os mais urbanos correspondem ao máximo de artificialização ecossistêmica. Entre esses extremos a uma infinidade de situações intermediárias, e ambivalentes, que deixaram de ser redutíveis à simples dicotomia rural/urbano.

Desta forma, somos levados a considerar diferentes graus de urbanização, mesmo que estes não sejam assim considerados pelo IBGE, que define como urbanas todas as sedes administrativas, bem como sedes distritais dos municípios brasileiros.

Figura4 - Vila do Plano Alto - Uruguaiiana



Fonte: Google Maps.
Org.; RAMOS, V. G.

A (Fig. 4) Vila do Plano Alto, localizada no município de Uruguaiiana (mais populoso no recorte espacial aqui proposto), considerada, dentro dos critérios de análise do IBGE, urbana. No entanto, o que efetivamente há nessa localidade, além de algumas dezenas de casas, pequenos comércios e uma mínima infraestrutura de saúde e educação?

Somando-se a isso, se faz necessária uma abordagem acerca das pequenas cidades desta microrregião, tais como: Manoel Viana, Barra do Quaraí, Maçambará e Garruchos, todas com sete mil habitantes ou menos. Até que ponto, estas cidades podem ser consideradas urbanas? Poderíamos considera-las como tal, mesmo quando percebemos a forte presença de aspectos culturais e atividades econômicas relacionadas direta ou indiretamente com o meio rural (Fig. 5)?

No entanto, para que não tenhamos distintas interpretações, se faz importante uma contribuição de Rúa, uma vez que

[...] não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora, pois, desde o início, chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. Desse desenvolvimento do capitalismo, a urbanização e as “urbanidades” são uma verdadeira “ponta de lança” [...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às

lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação (RUA, 2002, p. 34).

Figura 5 - Centro de São Francisco de Assis/RS



Fonte: Blog Nova Pauta
Org.: RAMOS, V.G.

Talvez, a historicidade da Microrregião da Campanha Ocidental, tenha criado e fortalecido uma identidade territorial, capaz de manter aspectos rurais. Conforme aponta Alentejano, o meio rural não desapareceu, apenas adquiriu novas funções e significados, o que lhe permite estar presente até mesmo em áreas ditas urbanas. No entanto, este rural que está presente até mesmo em áreas urbanas, está a cada dia mais ameaçado, diante à expansão dos territórios do agronegócio (globalizado e homogêneo), que avançam desterritorializando camponeses, que representam ou representavam a verdadeira essência do meio rural, com suas especificidades culturais, econômicas, políticas, sociais e ambientais típicas do meio rural.

Conflitualidades territoriais

Quando buscamos estudos, a partir de uma abordagem territorial, percebemos que predominam pesquisas com ênfase na dimensão econômica e social do território (Fernandes, 2004).

O Território necessita ser compreendido e analisado em toda a sua amplitude, com sua totalidade, multidimensionalidade e sua multiescalaridade. Em muitos dos casos, propositalmente, algumas das dimensões e escalas do território são ignoradas para que desta forma este seja usado como uma ferramenta de controle social (Fernandes, 2004), atendendo aos interesses e intencionalidades de determinados grupos.

No início do século XXI, é o conceito de Território que articula e da “sustentação para a discussão do desenvolvimento rural”, conforme propõe Villa Verde (2004, p. 7). No entanto, concomitantemente a isso, o discurso neoliberal tomou para si este conceito, e passou a utilizá-lo para legitimar a hegemonia do capital. Para isso, muitas destas análises fazem uso da definição de Território, empregada por entidades governamentais bem como agências multilaterais, que não consideram a presença de conflitualidades entre os diversos tipos de territórios que se apresentam dentro do território de um projeto de desenvolvimento territorial. Neste sentido,

O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. (FERNANDES, 2004, p. 5).

Conforme aponta Fernandes, é por meio destas relações de poder, que o Espaço se fragmenta, originando diferentes Territórios. No entanto, ao longo deste processo, percebemos a intensificação das conflitualidades, proporcionando a criação e a perpetuação de grupos hegemônicos, bem como de grupos sociais submissos que ainda não “conhecem” seu poder.

É por meio da intensificação da conflitualidade, que de acordo com Villa Verde (2004, p.3), “O rural brasileiro é redescoberto e emerge em meados dos anos 80, com a redemocratização do Brasil e o acirramento das lutas sociais no campo, que culminam na criação do [...] MST, em 1984”. Esse ressurgir veio a contribuir com a renovação da Geografia Agrária, que, de acordo com Anjos e Caldas (2009), passa a dar início ao processo de consolidação de novas temáticas de discussão, tais como: a agricultura familiar como categoria de análise e objeto de políticas públicas, bem como as discussões entorno da sustentabilidade. Desta forma, intensificam-se às “conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão” (Fernandes, 2004, p. 14).

Apresentam-se aqui, de modo bastante claro, duas formas diferentes de pensar, organizar, projetar, interpretar e propor diretrizes, de acordo com as intencionalidades de diferentes grupos e classes organizadas. Fernandes (2004) refere-se aos dois modelos de desenvolvimento que se apresentam: o modelo do agronegócio e o modelo do campesinato ou agricultura familiar³. São territórios construídos a partir do conflito. Desta forma, para que um ou ambos possam se desenvolver, se faz necessária a expansão de novas áreas agrícolas e/ou a destruição do modelo concorrente.

É nesse cenário de expansão, proporcionado pela mecanização agrícola e pelo Estado, que o modelo de desenvolvimento do agronegócio se expandiu, e continua a expandir suas atividades em direção à Amazônia, ao Cerrado, e ao Pampa Gaúcho, permitindo o avanço dos ideais neoliberais e a consequente da

“[...] minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e por conseguinte dos territórios. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade.” (FERNANDES, 2004, p. 12)

Apesar da convivência do Estado, no processo de expansão do modelo de desenvolvimento do agronegócio, por meio de leis e políticas públicas com a clara intenção de “empoderamento”, não do povo, mas sim do capital e das grandes corporações internacionais, a conflitualidade fortaleceu-se, e em grande medida a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Na Microrregião da Campanha Ocidental⁴, o modelo do agronegócio se territorializou com maior veemência, por meio da expansão do cultivo da soja, enquanto o modelo camponês ganhou sobrevida a partir da implantação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. A conflitualidade aí estabelecida, como em qualquer território, apresenta-se de modo bastante desigual onde

“[...] o conhecimento produzido em laboratórios de grandes empresas em associação cada vez mais estreita com o Estado e, deste modo, passível de apropriação privada, a propriedade intelectual individual (patentes) se coloca em confronto direto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das tradições camponesas, indígenas, afrodescendentes e outras matrizes de racionalidade distintas da racionalidade atomístico-individualista ocidental”. (GONÇALVEZ, 1998, p.3)

³ Não é objetivo desta breve reflexão, mergulhar nas concepções teóricas acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar.

⁴Esta Microrregião foi historicamente ocupada pela pecuária extensiva, baseada em grandes propriedades rurais, voltadas para produção de gado de corte, com pouca utilização de mão de obra, com baixos investimentos financeiros e baixa produtividade, que era compensada pelas grandes extensões de terras.

É por meio da tecnologia, que o modelo do agronegócio se estabelece e passa a predominar, diante às relações de produção não capitalistas, comunitárias e familiares, na Microrregião. Deste modo, os saberes tradicionais perdem espaço, mediante as imposições do capital, proporcionando aquilo que Fernandes (2004, p. 1), chama de “relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio”. Neste momento, somos conduzidos a pensar o

“[...] desenvolvimento, no seu sentido preciso, ou seja, é mais do que desenvolvimento econômico e pressupõe cidadania, o que implica trazer para a análise o território – o espaço onde o diverso e o conflitante são a própria condição do desenvolvimento conquistado. (VILLA VERDE, 2004, p. 2)

A expansão do modelo do agronegócio em direção à Microrregião da Campanha Ocidental deu-se em meio a um discurso neoliberal, baseado na “promessa de desenvolvimento” (Fig. 6). Seria este modelo, com seus moldes, capaz de promover o real desenvolvimento territorial, em suas múltiplas dimensões?

Figura 6 - Dia de campo promovido pelo agronegócio, em Manoel Viana – RS



Fonte: Cooperativa de Agricultores Parceiros da Região Centro-oeste do Estado.
Org.: RAMOS, V.G.

O cenário observado na imagem acima é bastante instigante: que tipo de desenvolvimento está sendo promovido no Pampa (na área da Microrregião da Campanha Ocidental)? O cultivo de Soja, eucalipto e os pacotes tecnológicos, são elementos comuns aos mais diversos territórios do agronegócio espalhados pelos diversos continentes.

Caminhamos no sentido da homogeneização, proposta pelas grandes transnacionais, absorvida pelo Estado e imposta ao povo, ao camponês.

Este processo exclui toda e qualquer forma de especificidade local/regional. A exemplo disso, temos o próprio cultivo de soja no Rio Grande do Sul

A produção de soja no Rio Grande do Sul, até os anos 60, estava associada à produção de trigo, de milho e a pastagens para gado bovino, além da criação de porcos e todos os seus derivados (banhas e linguiças). Desde os anos 70 esse sistema de uso da terra, e toda a cultura a ele associado, vêm sendo substituído por um sistema que tende ao monocultivo sobretudo da soja, com todas as implicações que daí deriva. (VILLA VERDE, 2004, p. 6).

Esta sucessão de transformações não caminha no sentido de beneficiar à população de modo geral, ou ainda beneficiar ao povo. Trabalha única e somente no sentido de abastecer ao sistema capitalista, por meio da produção de commodities. Desta forma, consideramos que

[...] todo esse processo de expansão da fronteira agrícola, possível graças a toda uma complexa logística de transportes, mesmo tendo contribuído para diminuir os preços dos produtos agrícolas, deixou de beneficiar parcelas importantes da população por sua própria estrutura socialmente injusta. (VILLA VERDE, 2004, p. 21)

Ao mesmo instante em que infraestruturas são construídas, com aporte financeiro do Estado e a produtividade se eleva, cresce também o grupo de indivíduos que são excluídos, pela própria expansão do modelo do agronegócio, e que mesmo com a crescente oferta de alimentos, a um custo reduzido, não consegue atingir um padrão mínimo de dignidade e satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, bem como saúde, educação, habitação, saneamento, trabalho, etc., devido à falta de renda.

Na contramão deste processo, temos a luta pela terra e a atuação de Movimentos Sociais, buscando recriar territórios do campesinato e da agricultura familiar.

Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses [...] o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas. (FERNANDES, 2004, p. 17)

Conforme proposições de Haesbaert, compreendemos que o agronegócio e o campesinato compõem um processo constante, onde indivíduos perdem seus territórios, ou seja, são desterritorializados, para que outros indivíduos (modelo) se territorializem naquele

espaço. Cabe aos indivíduos desterritorializados, a busca por um novo território, para que se reterritorializem. O MST, quando propõe à luta pela terra, atua como um movimento social capaz de promover a reterritorialização de agentes sociais previamente desterritorializados.

No caso de trabalhadores rurais e/ou produtores rurais, excluídos pela expansão do agronegócio, nem todos buscarão uma reterritorialização através da luta (reforma agrária). Muitos poderão migrar para zonas ditas urbanas, se reintroduzirem como mão de obra no campo, mas independentemente do caminho a ser seguido, trata-se de indivíduos desterritorializados pelo agronegócio, em busca de um novo território, uma reterritorialização. Sendo assim,

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. (FERNANDES, 2004, p. 10)

Podemos colocar esta situação em forma de questionamento: estariam então, os territórios camponeses, constituindo verdadeiramente o Território, em sua totalidade, multidimensionalidade e multiescalaridade, tecendo realmente um modo de vida, enquanto os territórios do agronegócio estariam a cada dia mais restritos ao âmbito econômico e produtivo?

Nesse cenário de contradição, destacamos aqui, a luta pela terra e, consecutivamente, a criação de novos territórios do campesinato no estado do Rio Grande do Sul. Buscamos estabelecer um comparativo (Figuras 7 e 8) da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2001 e 2010. Neste comparativo, é perceptível o processo de expansão dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, em todo o estado. No entanto, no que se refere ao recorte espacial aqui proposto, em 2001, assentamentos rurais eram restritos aos municípios de São Borja e Manoel Viana.

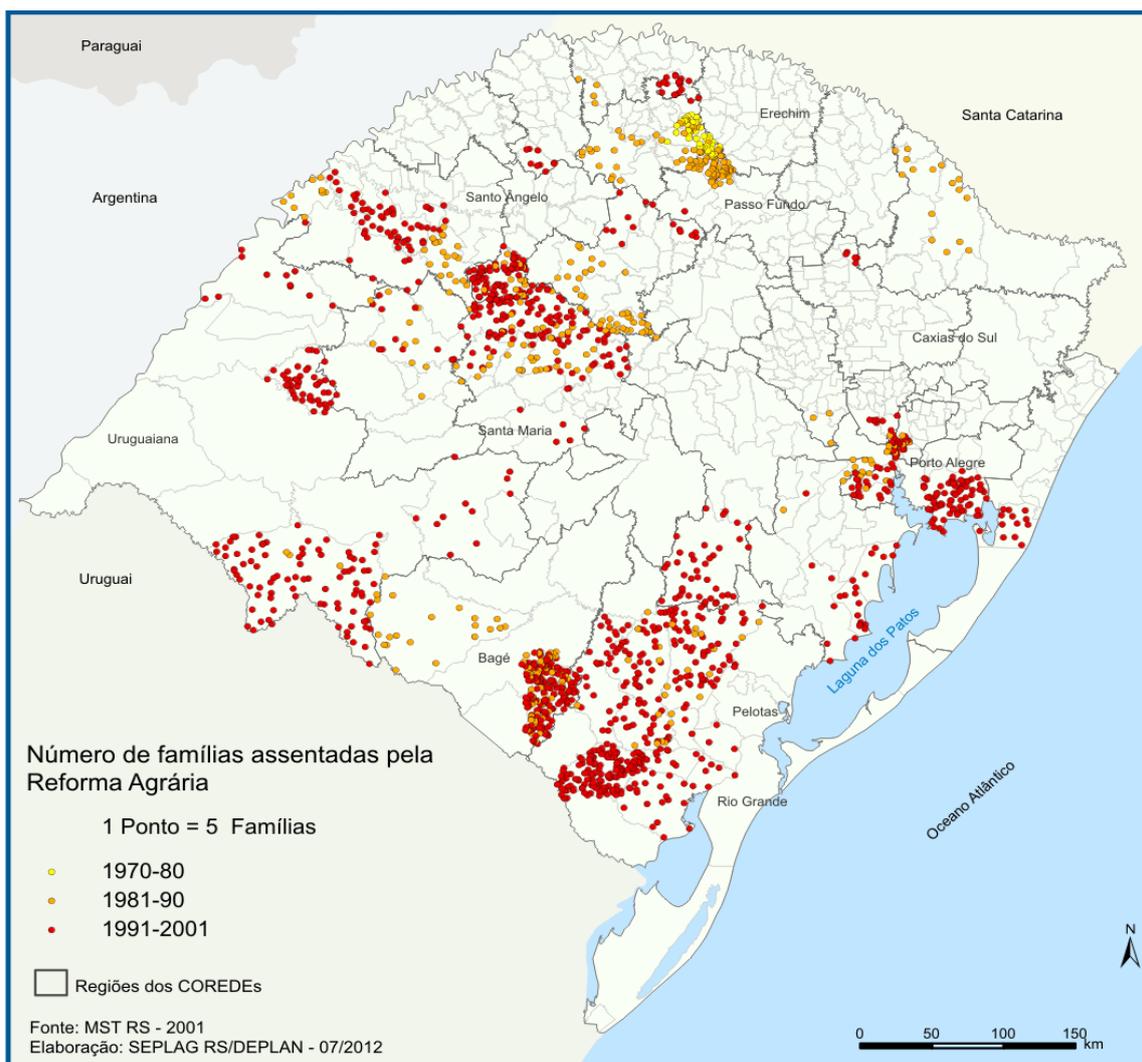
No período entre 2001 e 2010, ocorre a expansão dos territórios do campesinato, nos municípios de Garruchos, Uruguaiana, São Francisco de Assis e, principalmente, Alegrete.

Na segunda metade da década de 1990, intensificam-se as movimentações e lutas em prol da Reforma Agrária no Oeste do Rio Grande do Sul (Ramos, 2012), fato que se intensifica na primeira década dos anos 2000 e, por uma conjuntura não local, mas sim nacional, passa por um processo de enfraquecimento na última década.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, tivemos duas situações de luta pela terra entre 2011 e 2019, uma no município de Alegrete, sendo um acampamento,

desmontado de forma pacífica e, resultando no assentamento das famílias ali estabelecidas, em lotes ociosos em assentamentos já existentes. Outra situação deu-se em São Borja, onde, nos anos de 2011 e 2013, aproximadamente 400 famílias passaram por processo de reintegração de posse da Fazenda Palermo. Atualmente, não há nenhuma estrutura/representação do MST na Microrregião, a não ser aquelas estabelecidas junto aos Assentamentos.

Figura 7 - Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no RS – 2001



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.
Org.: RAMOS, V.G.

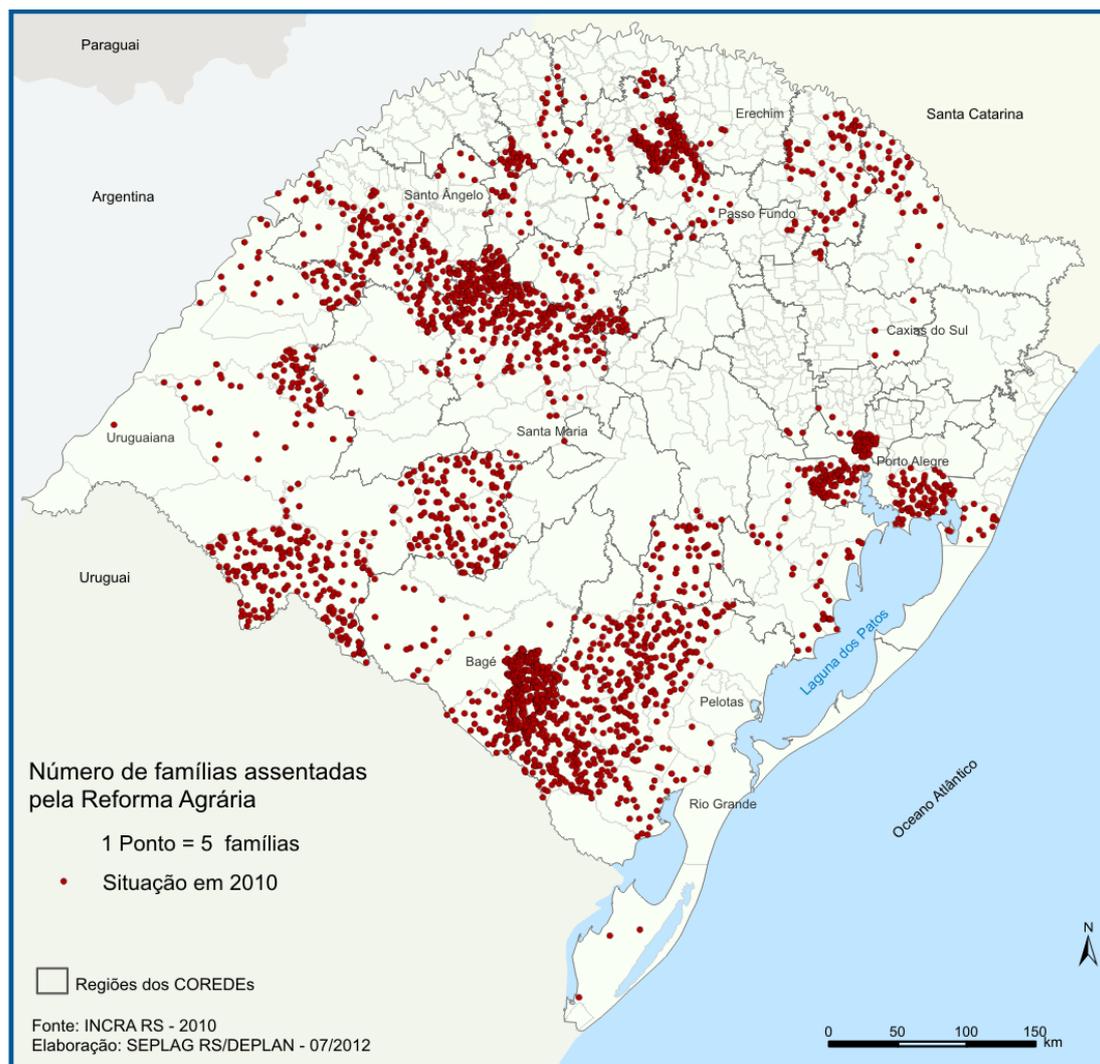
Dentro do contexto contraditório das realidades estabelecidas na Microrregião da Campanha Ocidental, podemos, em resumo, visualizar de um lado, os espaços ocupados pelo Agronegócio, com intensa capacidade técnica e financeira, com todo um suporte prestado pelo Estado. Do outro, encontram-se pequenos redutos de Reforma Agrária, com

menor acesso ao conhecimento técnico e ao capital, mas, com a capacidade de promover novas práticas e estratégias produtivas.

O Assentamento Santa Maria do Ibicuí, por exemplo, com seus 21 anos de existência, passou por vários estágios produtivos, indo desde a monocultura da soja e milho e, arrendamento de terras para cultivo de arroz (conjuntura que promoveu endividamento e evasão), passando pela profunda dependência da pecuária de leite (entrega do leite as empresas do setor), até chegar aos moldes atuais, onde, em 6.100 hectares existe: a) um dos maiores cultivos de arroz orgânico do estado, realizado por assentados, estruturados a partir de uma Cooperativa própria, em cooperação com outros rizicultores de diversos assentamentos do RS; b) crescente número de agroindústrias (as primeiras do espaço rural de Manoel Viana) que transformam frutas e leite (principalmente), entregando seus produtos diretamente aos consumidores (feiras livres) e comércio local; c) produção e entrega de leite às empresas do setor de transformação; d) cultivo de hortaliças; e) pecuária de corte; f) criações de aves e suínos, dentre outras (Ramos, 2012). Todavia, se faz necessário o destaque às dificuldades de inserção social e política dos Assentados, que em mais de duas décadas, ainda não superaram preconceitos e desconfianças, originadas ao longo de décadas de dominação do latifúndio agropastoril.

Figura 8 - Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no RS – 2010

CONFLITUALIDADES TERRITORIAIS NA MICRORREGIÃO DA CAMPANHA OCIDENTAL: TERRITÓRIOS CAMPONESES *VERSUS* TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO



Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul: Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.

ORG.: RAMOS, V.G.

Em acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Microrregião da Campanha Ocidental possui atualmente, treze Assentamentos Rurais de Reforma Agrária (Tab. 1), totalizando 528 famílias, em uma área de 12.696 hectares. Para que tenhamos uma dimensão mais ampla desse contexto, se faz necessário que estabeleçamos algumas correlações, uma vez que: a) essa área corresponde à 0,41% da área total; b) representa 4,65% dos estabelecimentos rurais, sejam eles considerados familiares ou não familiares, e; c) contempla 8,12% dos estabelecimentos familiares existentes na Microrregião.

Dentre todos aqueles municípios onde ocorrem Assentamentos, dentro da área de estudos, Manoel Viana é aquele em que há maior representatividade, graças aos Assentamentos Santa Maria do Ibicuí (RAMOS, 2012), segundo com maior número de famílias assentadas no Rio Grande do Sul e, Santa Mercedes/Gleba B, que juntos possuem 236 famílias, fazendo com que representem 47,2% dos estabelecimentos rurais do

Município e, 62,27% dos estabelecimentos de agricultura familiar. Além disso, somam juntos, mais de 10% da população de Manoel Viana (RAMOS, 2012).

Tabela 1 – Assentamentos Rurais de Reforma Agrária na Microrregião da Campanha Ocidental/RS

Assentamento	Município	Número de Famílias Assentadas	Área em hectares	Criado em
Acaue	Alegrete	13	328,85	30/08/2004
Novo Alegrete	Alegrete	63	1.197,15	09/12/2008
Unidos pela Terra	Alegrete	46	1.224,23	22/07/2009
São Domingos	Garruchos	44	722	02/12/1999
Santa Maria do Ibicuí	Manoel Viana	227	6.118,48	03/12/1999
Santa Mercedes/Gleba B	Manoel Viana	9	394,02	24/09/2009
São Marcos	São Borja	17	402	03/12/1997
Cambuchim	São Borja	30	600	14/12/1998
Cristo Redentor	São Borja	15	255	12/12/1999
Fazenda Cassacan	São Borja	15	395,31	16/04/2002
Conquista das Missões	São Borja	16	434,1	13/06/2014
Jaguari Grande	São Fco de Assis	26	544	03/07/2009
Imbaá	Uruguaiana	7	80,74	11/11/1996
TOTAL		528	12.696	

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Org: RAMOS, V. G.

O município de Alegrete é outro importante exemplo nesse processo de territorialização do modelo do campesinato, com a implantação dos Assentamentos Acaue, Unidos pela Terra e Novo Alegrete. Este talvez seja o município de maior tensão entre os dois modelos, dentro da Microrregião. O campesinato, desprovido do capital e da tecnologia, usa a luta para se fazer ouvir e consolidar a conquista de seus direitos básicos. Em, aproximadamente uma década de implantação, as comunidades destes Assentamentos ainda travam constantes lutas com o poder público (Fig. 9), em busca dos direitos mais básicos os quais podemos imaginar, tais como: água potável, energia elétrica, transporte escolar para suas crianças e jovens, assistência técnica, construção e manutenção de estradas e pontes, além, é claro, da luta pela inserção social, econômica e política, cerceada pelo preconceito e discriminação. No entanto, mesmo em um cenário teoricamente

desfavorável, parcerias com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Alegrete, bem como, Assentados de Manoel Viana, conseguem promover resultados positivos, tanto no âmbito econômico quanto social e cultural.

Figura 9 - Protestos do MST na RST 377, entre Alegrete e Manoel Viana

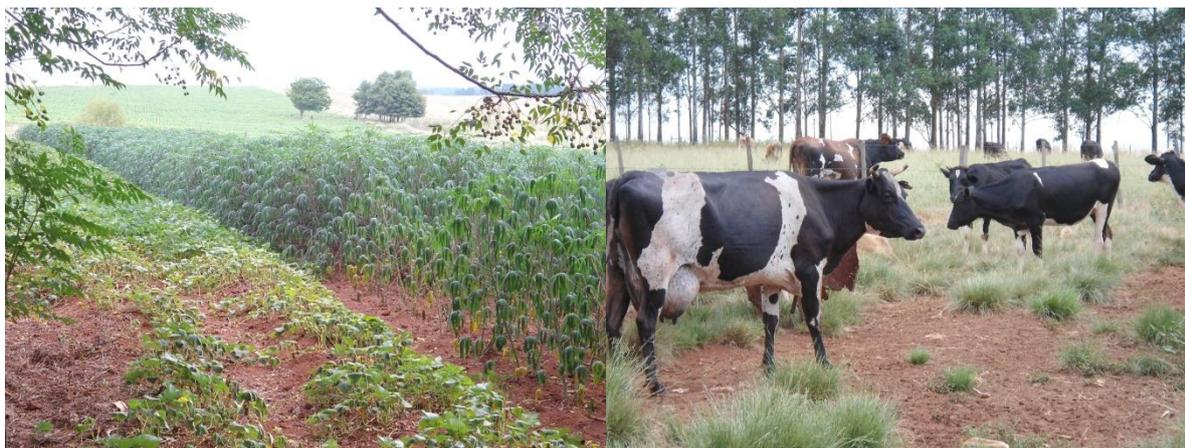


Fonte: www.g1.com/rs

Org.: RAMOS, V.R.

A conflitualidade aí presente torna-se mais intensa, por que se sabe que não se trata de alguns hectares de terras, em meio aos imensos latifúndios, predominantes na Microrregião. A conflitualidade torna-se mais intensa, porque o MST, a reforma agrária e o campesinato, demonstram que podemos sim, constituir novos territórios, e não por meio do capital, mas sim através da luta e da resistência. Mostrar que, por meio da luta pela terra, também é possível a construção de saberes e vivências culturais, sociais, políticas, ambientais e econômicas, no Pampa Gaúcho.

Figura 10 - Atividades Produtivas no Assentamento Santa Maria do Ibicuí



Fonte: Banco de Imagens do Autor.
Org.: RAMOS, V.G.

O campesinato evidencia a importância da presença do homem no campo, por meio de seu trabalho, seu modo de vida, enquanto no modelo do agronegócio, os pacotes tecnológicos e o capital trabalham para minimizar ao máximo os vínculos empregatícios. Enquanto um é espaço de mercadorias, o outro é espaço de pessoas.

Que a reforma agrária continue a se territorializar e levando consigo, pessoas, para que estas demonstrem que sim, é possível a concretização dos territórios camponeses, mesmo que a contra gosto do Estado e do Capital.

Considerações finais

A Geografia ainda terá um longo caminho, até que se compreenda a essência do conceito Território, construído acima de tudo, por meio das relações de poder, tanto na forma material, quanto na forma imaterial, mas que nos remetem diretamente às condições de dominadores e dominados.

O campo brasileiro seguirá seu caminho de reconstrução e reinvenção, em um enfrentamento entre dois modelos de desenvolvimento territorial, e será nesta conflitualidade que se buscará o real desenvolvimento, aquele que considere a diversidade, seja ela cultural, política, social, econômica e ambiental. Mas, para isso, precisamos de um Estado mais atuante, não em prol do Capital, mas em favor do Povo e das grandes massas, e, conseqüentemente, dos indivíduos que buscam na reterritorialização um propósito de vida, seja ele novo, ou “apenas”, renovado.

O enfrentamento na Microrregião da Campanha Ocidental está apenas começando, mas sabe-se que é possível sim, a construção de um novo modelo diante aos padrões que historicamente lá se estabeleceram. São algumas poucas centenas de Assentados, no

entanto, com significativa capacidade de promover novas dinâmicas e novas feições aos territórios.

A discussão neste breve texto, bem como as leituras e vivências para tal, foram de grande importância, no entanto, diante à complexidade da temática, fica um sentimento de impotência, e de certeza: certeza de que estas discussões não se esgotarão tão cedo na Geografia.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**: publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **Revista The omai/The omai Journal**: Estudios sobre Sociedad y Desarrollo/Society and Development Studies. Buenos Aires, v. 20, p. 22-33, 2009.

BLOG NOVA PAUTA. **Prefeito vai ao trabalho a cavalo**. São Francisco de Assis, 2015. Disponível em: www.novapauta.com. Acesso em 15 Nov. 2016.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CTP, 2011-2019 – ISSN 1676-661X versão online. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em 24 mai 2020.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO FRONTEIRA OESTE. **Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Oeste**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: www.planejamento.rs.gov.br. Acesso em 20 Mai 2019.

COOPERATIVA DE AGRICULTORES PARCEIROS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO ESTADO. **Dia de campo Cooparcentro em Manoel Viana/RS**. Santa Maria, 2015. Disponível em: www.cooparcentro.com.br. Acesso em 02 Dez 2016.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, Cap. 01, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2004.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais. Acesso em 19 Jun. 2019.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Interdisciplinar Interthesis**: Revista da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 01-55, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: Território e multitransterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Mensal.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em 10 Ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados – informações sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Brasília. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 10 Mar 2020.

MOREIRA, Igor A. G.; COSTA, Rogério H. da. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul.** 4. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.1.** Ed São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTAL G1. **MST faz protesto na RSC-377 em Alegrete/RS.** Uruguaiana, 2016. Disponível em: www.g1.globo.com/rs. Acesso em 20 Ago. 2016.

RAMOS, Vagner Guimarães. **A cadeia produtiva do leite no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS.** 2012. 112 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

SILVA, Emanuel Araújo, et al. Uso de Imagens Orbitais no Geoprocessamento Algébrico da Microrregião da Campanha Ocidental, Rio Grande do Sul. **Revista Floresta e Ambiente.** Santa Maria, 2014.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.sna.agr.br/. Acesso em 12 Out 2016.

VILLA VERDE, V. Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, Curitiba, n. 01, p. 01-35, 2004.

Sobre o autor

Vagner Guimarães Ramos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2009). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2013). Doutorado em Geografia em andamento na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFfar), Campus Alegrete. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-1741-0383>

Como citar este artigo

RAMOS, Vagner Guimarães. Conflitualidades territoriais na Microrregião da Campanha Ocidental: territórios camponeses *versus* territórios do agronegócio. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 370-392, dossiê, 2021.

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021